

CARESTIA EM MEIO À FARTURA: a fome como negócio no Brasil urbano nos anos 1850

HIGH PRICES IN WAY TO THE ABUNDANCE: The Hunger As Business In Urban Brazil Of Years 1850

Resumo: Uma forte carestia tomou conta dos centros urbanos brasileiros durante quase toda a década de 1850 – mas com mais intensidade no segundo lustro dessa década. Contrária à opinião mais corrente da época, que afirmava ser a carestia um efeito da falta de braços para a lavoura após o fim do tráfico negreiro, o que ocorreu foi a fartura controlada pelo cartel e monopólio. Mesmo em meio à abundância, o cartel e o monopólio impunham altos preços aos produtos de primeira necessidade.

Abstract: One strong high prices took account of the Brazilian urban centers during almost all the decade of 1850 - but with more intensity in as the lustrum of this decade. Contrary to the opinion most current of the time, that after affirmed to be the high prices a effect of the lack of arms for the farming the end of the slave traffic, what it occurred was the controlled abundance for the cartel and monopoly. Exactly in way to the abundance, the cartel and the monopoly imposed high prices to the products of first necessity.

Palavras-Chave: Brasil Imperial; Carestia; Escravidão; Cartel; Capital Nегreiro.

Key words: Imperial Brasil; High prices; Slavery; Cartel; Slave Capital.

1. De um negócio ao outro: do tráfico de escravo à alimentação

Na década de 1850, uma pressão inflacionária¹, acompanhada de forte carestia dos gêneros alimentícios, tomou conta dos principais centros urbanos do Brasil². Era muito evidente, para a época, que esta carestia era uma consequência direta da falta de braços para a lavoura. Ao fazer no início de 1858 um retrospecto político do ano anterior, o *Jornal do Commercio*, órgão oficioso que servia de referência nacional no Segundo Reinado, dizia que:

[...] A carestia dos generos alimenticios é um dos problemas de mais embaraçosa solução na actualidade; effeito lamentavel de uma ou de diversas causas, é tanto mais calamitoso quanto a sua maligna influencia é principalmente sentida pelas classes menos protegidas da fortuna; podem as causas que o produzem ser vencidas, ou removidas? ...

[...] A cessação do trafego de Africanos privou os nossos agricultores de recursos abusivos embora mas unicos, de que dantes se prevalecião para multiplicar os braços cultivadores. A peste do cholera-morbus, a mortalidade regular dos escravos, diminuirão e vão progressivamente diminuindo o número de escravos; a desproporção que existe entre os captivos do sexo masculino sobre os do sexo feminino tira todas as esperanças de que os nascimentos venhão preencher os vacuos abertos pela morte: decresceu portanto e decrescerá ainda mais o trabalho, e naturalmente a produção resentio-se, e ainda mais se resentirá desse decrescimento. (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 04/01/1858, p. 1.)

¹-Para BUESCU (1972, 130.), no Rio de Janeiro "a inflação se intensificou até 1856, diminuindo depois.

²-Minutas de 22 de novembro de 1855, sessão do Conselho de Estado, Arquivo Nacional, Códice 277.

Na Fala do Trono, a 3 de maio de 1858, a carestia também era considerada como um sério problema a ser resolvido. Dizendo-se consternado com “*o sofrimento do povo pela carestia dos generos alimenticios*”, o Imperador assegurava que o seu governo vinha procurando:

estudar as causas de tão lamentavel estado, não deixando de socorrer as localidades, em que este mal se tem agravado, e espera que o auxilieis com vossas idéas, e medidas illustradas no empenho de remover aquellas causas.” (*O Cidadão*, Rio de Janeiro, 09/05/1858, p. 4.)

A elevação dos custos de mão-de-obra para a produção que se fazia no país, depois da abolição do tráfico de escravos e da mortalidade ocorrida na população escrava após o surto do cólera ocorrido em 1855³, era um fato a ser considerado para explicar a carestia e a alta dos preços dos gêneros alimentícios no mercado interno na década de 1850.⁴ Nesse sentido, o preço dos escravos, que teria subido 155,6 % entre 1845 e 1855,⁵ era um dado que ajudava a explicar a inflação dos custos, e que, conseqüentemente, causava a alta dos produtos internos. Coexistindo com o problema da redução de braços escravos que se empregavam na lavoura, pois a reprodução da força de trabalho escrava não seria mais alimentada pelo tráfico transatlântico de africanos escravizados⁶, havia outros fatores até mais determinantes que também contribuíam para o aparecimento da carestia. É o que procuraremos mostrar nesse artigo.

Para tanto, antes precisamos tecer considerações, mesmo que incompletas, sobre o capital dos mercadores negreiros reconvertidos para o Brasil após 1850.⁷ Em sua análise desse importante momento para a economia nacional, Sebastião Ferreira Soares considerava que, sob pressão da Inglaterra, uma parte do capital empregado no comércio negreiro

³De acordo com um arguto observador da época, a grande mortalidade da população escrava causada por uma epidemia do cólera ocorrida em 1855, apesar de ter sido mais devastadora na província do Rio Grande do Sul, não fez diminuir a produção de alimentos, pois que o Rio Grande do Sul constituía no período “*a [província] que maior quantidade de milho e feijão remette para o grande mercado desta côrte*”. (Soares: 1860, 19)

⁴Em uma pesquisa organizada por Eulália Maria Lahmeyer LÔBO sobre o Rio de Janeiro: “*Os preços da farinha de trigo, do feijão e da farinha de mandioca conservaram-se em alta de 1853 a 1856, os do arroz e do açúcar mascavo de 1851 a 1853; os do charque, do bacalhau, do café, de 1852 a 1855, e o da manteiga de 1851 a 1855.*” (Lôbo et. alii: 1971, 247.) Em outro artigo, LÔBO (et. alii.: 1973, p. 173) afirma que esta alta dos preços dos gêneros alimentícios no mercado do Rio entre 1853 e 1859 veio acompanhada por uma diminuição do poder aquisitivo dos assalariados.

⁵Os dados dos preços dos escravos estão em BUESCU (1971, 245).

⁶Para ALENCASTRO (1994), “*depois de 1850, o mercado de trabalho nacional continua dependente, nos seus setores dinâmicos, do trato de imigrantes europeus, levantinos e asiáticos. Só nos anos 1930-1940 a reprodução ampliada de força de trabalho passa a ocorrer inteiramente no interior do próprio território nacional brasileiro. Esta é a variável de **longue durée** mais importante de toda a história brasileira: de 1550 a 1930 o mercado de trabalho está desterritorializado: o contingente principal da mão-de-obra nasce e cresce fora do território colonial e, depois, nacional.*”

⁷“*Nós dispomos*” – escreveu ALENCASTRO (1987, 141-2) – “*de poucos dados sobre a reciclagem de suas atividades depois de 1850, mas podemos distinguir quatro setores de reconversão: o comércio interno de mulas, principal meio de transporte no Brasil; os investimentos nas sociedades anônimas fundadas no Rio de Janeiro durante os anos de 1850; as transferências de capital para Portugal; a utilização de uma parte da frota negreira para o transporte de escravos a Cuba e para o transporte de imigrantes portugueses ao Rio.*”

emigrou com a deportação, por ordem do então ministro da justiça Eusébio de Queiroz, de portugueses traficantes a partir de 1851.⁸ Mesmo assim, grandes somas de capitais antes investidas em um vasto aparelho náutico e o seu mecanismo comercial, tanto no Brasil como na costa d'África, tornaram-se capitais ociosos e inativos.

Em 1856, um observador financeiro brasileiro escrevia que depois de o governo imperial conseguir reprimir completamente o comércio ilícito da Costa d'África para o Brasil,

as empresas de todo o imperio, que no decurso de perto de 30 annos apenas tinham attingido o capital de 20 a 30 mil contos de réis, começarão a crear-se de modo que em 5 annos representão o capital nominal de cento e noventa mil contos de réis, e o capital realisado de perto de 50 mil contos talvez.

Depois da extincção do commercio da Costa d'Africa em 1850, em 5 annos, isto é, a 6^a parte do tempo, as emprezas do paiz crescerão no quatruplo ou no quintuplo do que havião attingido em 30 annos, desde a independencia do imperio. (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 29/10/1856, p. 2.)

Essa superabundância de capital antes retido no comércio negreiro tomou várias direções aqui no Brasil, sendo ele empregado na formação de associações anônimas, em transações bancárias, em operações de importação e exportação e no financiamento de empresas que trariam progresso material para o país, particularmente companhias de transporte.⁹ Em 1852, parte desse capital foi investido em várias companhias de transporte com privilégio de governo para a construção de estradas de ferro no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e na navegação dos rios Mucuri e Amazonas.

⁸ De acordo ALENCASTRO (1987, 141.), da lista elaborada pela missão diplomática britânica no Rio para a deportação dos 40 principais traficantes da Corte, encontravam-se 19 portugueses, 12 brasileiros, dois franceses, 2 americanos, um italiano, 1 britânico e 3 outros indivíduos de nacionalidade indeterminada. Sob pressão da Grã-Bretanha, parte do capital empregado no comércio negreiro emigrou com a deportação de portugueses traficantes. Apesar de considerar nefando o tráfico de africanos, e de afirmar que esse negócio de “*carnes humanas*” era todo ele feito sob a bandeira portuguesa, SOARES (1865, 30), no entanto, repreendeu o governo brasileiro por “*determinar a deportação dos principaes negociantes negreiros, que por denuncias e reclamações dos diplomatas inglezes, se dizia que tentavão ainda recomencar no trafico dos Africanos; porque de tal medida resultou sahirem do paiz grandes sommas; que de certo aqui terião ficado para auxiliarem as nossas industrias, augmentando a riqueza nacional.*” Não obstante, houve casos, como o do negociante português José Gonçalves da Silva, instalado em Cabo Frio, cuja deportação não implicou a saída de seu capital do Brasil para Portugal; bem como também não significou a perseguição ao seu ex-sócio José Antonio dos Guimarães. Sobre este caso, ver “Heranças do Brazil”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 05/05/1860, p.2. Este jornal publicou diversos artigos de José Gonçalves da Silva pelos quais ele solicitava “justiça contra a invasão praticada por ordem do governo em 1851”. Cf. “José Gonçalves á nação brasileira”, *JC*, 07/01/1864, p.2.; e “José Gonçalves á nação brasileira”, *JC*, 15/04/1864, p.2. Ao que tudo indica, depois de 1850 foi expressiva a reconversão para o sistema monetário português de heranças de portugueses que viviam no Brasil. Em 23 de novembro de 1855 - noticiava o *JC* de 04/01/1856, p. 2: “*estabeleceu-se na cidade do Porto um banco denominado – Banco do Porto, seu fim principal é a liquidação DE HERANÇAS DO BRAZIL.*” (Os destaques são do jornal.)

⁹ -Conforme anotou-se em 18/11/1856 no *Jornal do Commercio*: “*Há mais de dez annos que um escravo, comprado a prazo, não custa à lavoura menos de 1.000\$000. E pôde-se orçar que a lavoura das 40 leguas em torno da côrte não comprava annualmente menos de 10.000 escravos. Se não nos falha a memoria houve anno, em 1845 ou 1846, segundo referirão as folhas periodicas desta côrte e inglezas, em que importou no imperio talvez 62,000 Africanos. Fixava-se, pois, annualmente na lavoura de café, em braços Africanos, o termo médio de 10 mil contos. Depois da cessação do trafico teremos fixado nas companhias de melhoramentos materias, quando muito 25 mil contos, segundo as tabellas publicadas pela imprensa.*” (*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 21/11/ 1856, p. 1-2.)

Esse capital também criou um verdadeiro “carnaval bancário”, cujos figurões formavam verdadeiras arapucas aos pequenos e médios investidores, que na ânsia de tornarem-se rentistas compravam papéis de casas comerciais e bancos que rendiam juros. As operações de crédito ganharam ainda mais fôlego a partir da reforma monetária realizada em 1857 pelo Ministério da Fazenda, quando o ministro Sousa Franco, acabando com o monopólio de emissão do Banco do Brasil, concedeu o direito de emissão fiduciária às casas bancárias privadas estabelecidas nas diferentes regiões do país.

Mesmo não apresentando reais garantias de lastro para os créditos, diversas casas bancárias foram aprovadas pelo governo para funcionar, passando a operacionalizar suas ações na praça do comércio. E foi no seu auge, nesse mesmo ano de 1857, que tal jogo de créditos, sem conseqüente estoque real de capital, veio a pique, quando estourou a primeira crise mundial de tipo capitalista. Retomando intensivamente as suas exportações de cereais, a Rússia pressionou a baixa das *commodities* em Nova Iorque. Esta espetacular queda de preços sobrevinda nos EUA repercutiu na Europa, e depois refluíu sobre o Rio de Janeiro e demais praças comerciais, o que ocasionou a quebra de casas importadoras estrangeiras e de muitas casas comerciais e bancárias nacionais.¹⁰

Explorada a mina da agiotagem, o capital negreiro dirigiu suas vistas para outras empresas que não dependiam da aprovação do governo, e um novo Eldorado foi formado: nasciam as empresas que monopolizavam a distribuição no atacado de mercadorias comestíveis. Assim, eram criadas as associações (ou convênios, conforme designação do período) do bacalhau, das farinhas de trigo, das carnes frescas, das carnes secas, bem como a da compra dos carregamentos dos gêneros alimentícios para armazená-los, para depois serem vendidos com altos lucros. O efeito desse mercado oligopolizado foi o de encarecer os comestíveis, sem que deles houvesse falta no mercado.

Deste modo, uma forte carestia tomou conta dos maiores centros urbanos brasileiros durante quase toda a década de 1850. Contrária à opinião mais corrente da época, que afirmava ser a carestia um efeito da falta de braços para a lavoura após o fim do tráfico negreiro, a verdade era que não havia falta de gêneros comestíveis. O que estava ocorrendo era justamente o contrário, pois ao se percorrer os depósitos e armazéns que vendiam produtos alimentícios verificou-se que eles estavam repletos de mercadorias, sem baixarem seus preços, mesmo nas épocas das colheitas. O que tínhamos, então, era a fartura controlada pelo monopólio e pelo cartel. Mesmo em meio à abundância, o monopólio e o cartel

¹⁰-Cf. SOARES (1864, 39-41) e LEVY (1994, 71-75).

impunham altos preços aos produtos de primeira necessidade comercializados nos maiores centros urbanos do Brasil nos anos 1850.

2. O encarecimento da alimentação no Brasil urbano na década de 1850

Com maior ou menor intensidade, na década de 1850, um encarecimento dos gêneros alimentícios ocorria em diversas províncias do Império. Os vencimentos não estavam acompanhando esse aumento de preços dos alimentos. Além disso, existia inflação, que acentuava ainda mais os desníveis entre os grupos da população que recebia por diárias. Isso ocorria porque a expansão da agricultura de exportação (sobretudo a cafeeira) provocava o enriquecimento e a expansão de um setor da economia que puxava o conjunto nacional para níveis econômicos mais elevados, fazendo os demais setores econômicos acompanhar esse crescimento através da inflação.

As províncias do Rio de Janeiro (com destaque para a Corte imperial) e de São Paulo eram as que mais sentiam a carestia. Mas ela também se fazia observar na Bahia e em Pernambuco, bem como nas províncias de Minas Gerais, Mato Grosso e igualmente nas províncias ao norte de Pernambuco; e, com menor intensidade, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.¹¹

Mostrando-se mais presente nas localidades de maior comércio, a carestia era sentida na Bahia e em Pernambuco (o Norte do país) através da correlação entre os seguintes fatores: 1º) a falta de braços para a cultura dos mantimentos gerando a sua escassez, e conseqüente alta no preço dos gêneros alimentícios; 2º) a centralização política e financeira da corte que estrangulava a divisão de rendas entre o governo central e aquelas províncias, concorrendo poderosamente para o atraso delas (*O Cidadão*. Rio de Janeiro, p. 1-2.)¹²; e 3º) a “*ambiçãõ dos monopolistas, que protegidos pela autoridade, massacram no alto dos preços dos generos alimenticios esses brasileiros votados á miseria pela incuria dos nossos governantes*”. (*O Cidadão*. Rio de Janeiro, 03/05/1858, p. 2-3.).

Referindo-se à carestia que acometia a província do Maranhão na década de 1850, Antonio Henriques Leal apresentou o seguinte resumo estatístico e comparativo dos preços que obtiveram diversos produtos em 1846 com os de 1859:

¹¹-Sobre a carestia nas províncias de Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ver SOARES (1860, 136-138).

¹²-Uma análise sobre essa questão da divisão de rendas entre o governo central e as províncias do Norte, numa discussão sobre a tributação nas províncias realizada no parlamento Imperial após 1871, ver MELLO (1999, 245-283).

PRODUTOS	PREÇOS a 10/06/1846	PREÇOS a 20/05/1859	AUMENTO
Arroz em casca, alqueire	1\$200	2\$000	80%
Farinha de mandioca, alqueire	1\$000	3\$200	220%
Feijão, alqueire	2\$000	3\$500	150%
Milho, alqueire	1\$100	3\$500	240%
Azeite de carrapato, quartilho	\$300	1\$000	333%
Carne seca, arroba (15 Kilog)	2\$000	7\$000	210%
Carne fresca, libra (1/2 Kilog)	\$100	\$160	60%
Rês refeita, na feira e a prazo. Rês de todo o tamanho na porta do curral, paga à vista	11\$000 a 13\$000	30\$000	190 a 170%
Couros salgado, libra (1/2 Kilog)	\$110	\$240	130%
Cavalos fabrica	25\$000	50\$ a 60\$	100 a 110%
Operários	-----	-----	-----
Pedreiros, por dia	\$640	1\$240	100%
Carapina, por dia	\$640	1\$240	100%
Carpinteiro, por dia	1\$000	3\$000	200%
Preço do escravo	500\$000	1:300\$000	115%

(Fonte: LEAL:1874, 305)

Observa-se, pelos dados acima, que no espaço de treze anos os salários aumentaram, o operário ganhava o dobro, a fortuna pública e a particular cresceram, e a procura de todas as coisas não tinha limites. Daí os altos preços dos gêneros alimentícios, que acompanhava os salários e os demais valores da produção.

Sobre a falta de braços para a lavoura e a migração de escravos do Norte para o Sul, observadores contemporâneos atestavam que cada navio que saía do Norte indo para a capital do Império transportava de cem a quatrocentos escravos (*O Moderador*. Rio de Janeiro, 06/03/1857, p. 1-2.). Esses braços escravos, que antes eram empregados por fazendeiros para rotear a terra, plantando cana ou algodão, passam a ser vendidos para os fazendeiros do Sul. Isto ocorre porque, na contabilidade de seus senhores do Norte, os capitais representados por esses trabalhadores escravos não lhes davam rendimentos proporcionais ao seu valor, já que os compradores do Sul, especialmente os da província do Rio de Janeiro, ofereciam preços que excediam o lucro e o capital empregados no labor da terra. Esse movimento de mão-de-obra, alegavam, era fruto da decadência da agricultura nas províncias do Norte concomitantemente ao crescimento das lavouras do Sul. De acordo com a avaliação de um articulista do jornal carioca *O Moderador*, o tráfico inter-regional ocorria porque:

Os preços tão elevados, que deparam no mercado do Rio de Janeiro os escravos, que a especulação vai buscar nas províncias do Norte, demonstram que os capitais deparam remuneração suficiente na aplicação que dest' arte se lhes dá. Os efeitos economicos que aqui se apresentam estão em completa contraposição com que se observa nas terras do Norte. (*O Moderador*. Rio de Janeiro, 06/03/1857, p. 1-2.)

As diferenças econômicas regionais entre o Sul (principalmente a região do vale do Paraíba) e o Norte era, em grande medida, aumentada na mesma proporção em que subiam as

taxas de exportação do café. Em meados dos anos 1850, era claro que a economia agro-exportadora do país pendia cada vez mais para a cafeicultura, numa contraposição à cana-de-açúcar, que perdia cada vez mais força quando comparada com o café na pauta de exportação e de lucros.

No entanto, convém salientar que mesmo com o volume de escravos comercializados do Norte para o Sul, o norte agrário (do Maranhão ao Recôncavo baiano) mantinha suas áreas de grande lavoura de exportação especializada no fabrico do açúcar, na cultura do algodão e do cacau, sendo que esses dois primeiros produtos ocuparam o segundo e o terceiro lugar na pauta das exportações brasileiras. E mesmo com a escassez de braços escravos e a conseqüente elevação do seu preço, no campo a produção agro-exportadora e de subsistência não decresceu, pois, a fim de suprir a necessidade de braços para a lavoura, a partir da segunda metade do século XIX, os senhores-de-engenho facilitaram:

o estabelecimento de moradores em suas terras, com a obrigação de trabalharem para a fazenda. Esses trabalhadores tinham permissão para derrubar trechos de matas, levantar choupanas de barro ou de palha, fazer pequeno roçado e dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço, ou gratuito, ao senhor-de-engenho.

Surgiu, assim, aquilo que se chamou “moradores” de condição [...] (Andrade:1973, 104).

Portanto, “*a fome que com feia catadura, acabrunha a população de todo o imperio, affligia sobremodo a população da provincia da Bahia*” (*O Cidadão*. Rio de Janeiro, 03/05/1858, pp. 2-3.), tratava-se, no Norte, de um fenômeno urbano, sendo mais um resultado do comércio monopolizado dos gêneros alimentícios do que da escassez de mão-de-obra, porque na mesma medida em que crescia o volume do tráfico inter-regional aumentava também o número de “*moradores*”.

No Mato Grosso, a carestia dos gêneros alimentícios não procedia da diminuição da produção agrícola, mas sim era o resultado do aumento populacional. Com o fim de comerciar, depois que ficou franca a navegação do Rio Paraná, muita gente afluiu para aquela província. Também, depois de desembarçada a navegação no Rio Paraguai, muitos criadores de gado de Mato Grosso, mesmo aqueles que ficavam mais próximos de Minas Gerais, começaram a charquear as rezes e enviar por aquele rio a carne defumada e salgada para a Corte do Rio de Janeiro ou outro mercado, deixando de vender o gado para os mineiros ou de abatê-los e consumi-los ali mesmo na província, o que provocou um aumento dos gêneros alimentícios.

Em Minas Gerais a elevação dos preços dos comestíveis era consequência resultante dos seguintes fatores: 1) irregularidade das estações nessa década de 1850; 2) desvio de não poucos braços da lavoura para outras atividades, principalmente para trabalhar em obras públicas; e 3) alta do preço da carne de porco e de vaca. Além do crescimento populacional de Minas Gerais¹³, em que o aumento da demanda forçou alta no preço dos alimentos (principalmente o preço da carne de porco, que os mineiros sempre preferiram), muitos começaram a comer carne de vaca fresca. A alta no preço da carne de vaca fresca ocorreu por que os homens livres começaram a consumi-la com mais freqüência, atraídos pelo seu baixo preço quando comparado com o preço da carne de porco fresca, além de seu consumo ter aumentado entre os escravos, cujo valor foi elevado à soma de 2 contos de réis cada um, após a abolição do tráfico, levando ao seu melhor tratamento (*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 09/01/1859, pp. 1-2.).

Para termos uma noção dessa alta, em um período de seis anos, o preço do gado nas fazendas mineiras dobrou: um novilho que custava para o seu criador 20 mil-réis em 1852, passou a valer de 40 a 50 mil-réis em 1858. Tal elevação no preço do gado ocorria porque, com a mingua de pastos pelo cansaço dos campos naturais, matas virgens precisaram ser derrubadas para plantarem o capim e formar pastos “artificiais” para o gado, devendo a partir disso ser constantemente limpos e roçados. A fazenda necessariamente ainda precisava ser cercada com muro ou vala. Como tais tarefas eram realizadas pelos escravos, os aumentos nos custos dos jornais deles eram repassados nos custos do boi gordo. Além disso, as doenças causavam perdas bem grandes: de 80 a 100 bezerros nascidos em uma fazenda, somente 20 ou 30 deles chegavam à fase adulta. Atribuía-se o aumento das doenças à insuficiente quantidade de sal dada ao gado, que o alto preço deste gênero obrigava os boiadeiros a poupar (*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, pp. 1-2.).

Deste modo, as maiores dificuldades e dispêndios encontrados pelos criadores de gado e o crescente consumo de carne de vaca em Minas fazem aumentar o preço dessa carne no mercado consumidor a partir de meados do século XIX, encarecendo também os demais víveres naquela província.

Quanto às províncias que ficavam ao sul de São Paulo, foi pequeno o aumento nos preços dos gêneros alimentícios, sendo que a principal causa desse aumento era a grande

¹³-Para MARTINS (1983, 183), ocorreu nas primeiras décadas do século XIX um crescimento do número de escravos em Minas Gerais, e “a esmagadora maioria dos escravos mineiros nunca esteve numa mina ou numa fazenda de café”. O argumento fundamental de MARTINS, de que mesmo em uma economia desvinculada do mercado exportador, como era o caso de Minas Gerais do século XIX, poderia com seu pequeno excedente manter-se e reproduzir-se, foi tema de debate do Autor com Robert W. SLENES, Waren DEAN, Stanley L. ENGERMAN e Eugene D. GENOVESE na *Hispanic American Historical Review*, 63:3 (1983), 569-590.

quantidade de produtos que as províncias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul remetiam para o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, constituindo, no período, as maiores fornecedoras de farinha, feijão, milho e carne seca para o grande mercado da corte (Soares: 1860, 19).

Na área que abrangia as vizinhanças entre as províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o grande lavrador, à vista das riquezas que lhe dava o seu café, o seu açúcar, a sua aguardente, aplicou todos os seus escravos em uma dessas culturas, calculando que isso lhe seria mais proveitoso, embora tivesse de comprar os mantimentos de que carecesse nos grandes mercados onde esperava achá-los. Outrora, nas grandes propriedades plantava-se senão para o comércio, ao menos para o consumo próprio. Tal preterição da cultura dos mantimentos também ocorria nas pequenas roças. Nelas

o lavrador que com alguns poucos escravos aproveitava a fertilidade da terra para lhe dar o feijão, o milho, a farinha que vendesse às cidades, compreendeu que mais lucrava abandonando essa tenue fonte de lucro, e vendendo os seus escravos pelo alto preço a que haviam chegado. Na razão do trabalho desses escravos diminuiu a produção dos gêneros alimentares, pois nenhum homem livre veio suceder ao escravo nesse trabalho utilíssimo porém afanoso e de minguado rendimento. (*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 05/02/1856, pp. 1-2.)

Aliados a esses fatos, mais dois outros concorriam para causar a alta nos preços dos gêneros alimentícios: 1º, o deslocamento de escravos do trabalho da lavoura para o serviço em obras públicas; e 2º, o aumento nos custos de transporte dos alimentos para os seus mercados consumidores.

Intensificadas a partir de 1853, as obras públicas atraíram muitos braços pelos seus altos rendimentos, a ponto de muitos fazendeiros deslocarem seus contingentes de escravos da lavoura para outras atividades, alugando-os para as empresas que os empregavam nas obras públicas. Conforme observaram no *Jornal do Commercio*, no início de 1856,

A elevação dos salários, que em taes empresas se pagão desanima da lavoura o lavrador, e faz preferir alugar os seus escravos para o trabalho de revolver e amontoar terras nas estradas, applica-los a revolver a terra para confiar-lhe a fertil semente.

Um dos nossos mais opulentos fazendeiros deu o exemplo de distrahir da sua agricultura 400 escravos afim de alluga-los para o serviço de uma estrada. E de feito teve razão esses escravos ganhando um salário, supponhamos que é 1\$600 diários, dão-lhe um lucro muitissimo superior ao que lhe daria a mais proveitosa lavoura. Outros muitos, em menores proporções, devem ter feito o mesmo cálculo, quando essas obras exigem imperiosamente braços, e para os obter offerecem ainda mais elevados salarios (pois consta-nos que em algumas dellas até sobem a 2\$ [...]). (*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 05/02/1856, pp. 1-2.)

Já o aumento dos custos do transporte era um problema que os cafeicultores do Vale do Paraíba também enfrentavam, a ponto de considerarem os gastos crescentes com o transporte efetuado no lombo de mulas uma preocupação análoga à questão da mão-de-obra escrava.¹⁴ Tendo em conta que a alta progressiva no preço dos mantimentos tornava mais dispendioso o custeio das tropas, um morador de Itu (SP) argumentava que estava aí formado um círculo vicioso, pois:

baldos inteiramente de estradas em que possam rodar carros, e dependendo da agencia de homens e bestas e não do vapor a conducção dos productos da lavoura aos mercados de seo destino, toda subida nos preços do feijão, do milho, e da farinha encarecendo o sustento dos agentes da própria conducção elevava proporcionalmente, por esse motivo, o seo preço nos mercados respectivos: d'esta fôrma foi-se elevando de dia em dia o preço dos mantimentos na razão exactamente da alta que hão tendo as conducções; e estas, por uma inevitavel repercussão tambem subião á proporção que se augmentava o preço dos mantimentos. (*A Abelha*. Rio de Janeiro, 15/03/1856, pp. 1-2.)

Por sua vez, para Sebastião Ferreira Soares havia uma fonte inflacionária estrutural no setor agrícola e financeiro que estava causando a carestia dos gêneros alimentícios. A oferta agrícola não estava conseguindo acompanhar, no mesmo ritmo, a expansão da demanda que aumentava em virtude do crescimento demográfico, da urbanização e da elevação das rendas.¹⁵

Referindo-se a essa questão estrutural no setor agrícola, Ferreira Soares considerava falacioso atribuir a explicação do fenômeno da carestia à cessação do tráfico negreiro. A agricultura de exportação (café, cana-de-açúcar, algodão, fumo, borracha, erva-mate, aguardente e cacau) não sentia falta de braços, pois ela estava em franco crescimento, mesmo depois do fim do tráfico de africanos e das mortes dos escravos ocasionadas pelo surto de cólera em 1855. Como até 1860 nenhum incremento técnico importante havia sido incorporado pela lavoura agro-exportadora a fim de aumentar a sua produtividade¹⁶, o

¹⁴-De acordo com ALENCASTRO (1985-1986, 526-552), o custo com o frete realizado pelas mulas para o porto do Rio de Janeiro passou de 819 mil-réis/ton., em 1852, para 1 conto e 30 mil-réis/ton., em 1855; e, se em 1852 o transporte total (terrestre, fluvial e marítimo) correspondia a 25,4 % do preço do café vendido no Rio de Janeiro, em 1855 esta porcentagem elevou-se para 33,3%. Sobre isso, ver também STEIN (1961, 109-122).

¹⁵-Nesse sentido, SOARES procura argumentar que "*a grande lavoura dos generos exportaveis* [na ordem decrescente do comércio nacional com os países estrangeiros no período de 1840 a 1841 e 1857 a 1858: café, açúcar, algodão, fumo, borracha, erva-mate, aguardente e cacau] *absorvem as forças produtoras da pequena lavoura em algumas provincias do Imperio*". (Soares: 1860, 105).

¹⁶-Referindo-se à lavoura cafeeira paulista, COSTA (1989, 206) afirma que a introdução de processos novos na lavoura e o aperfeiçoamento do sistema de beneficiamento do café só se fizeram muito lentamente, pois "*a existência do braço escravo relativamente abundante estorvava o progresso*". Quanto aos aperfeiçoamentos técnicos havidos na produção açucareira, por volta de 1810 começa a ocorrer no Brasil uma substituição da cana crioula pela cana caiana, a queima do bagaço e a progressiva penetração dos conhecimentos químicos no processo de elaboração do açúcar. Acompanhando o trabalho de SOUZA (1978) sobre a evolução das técnicas produtivas no Brasil do século XIX, sabemos que no início da década de 1790, com a destruição da capacidade produtiva de São Domingos, então o maior produtor mundial, o preço do açúcar vai aumentar no mercado internacional. A economia açucareira do Brasil e de outras regiões vão se aproveitar disso. Essa nova situação do mercado, favorável à entrada de novos produtores, vai fazer surgir novos e fortes competidores entre os

aumento de produção apresentada pela grande lavoura mesmo depois do fim do tráfico negreiro só poderia acontecer porque estava ocorrendo uma expansão da área utilizada pela agricultura de exportação. Deste modo, não houve uma diminuição da mão-de-obra, e a agricultura de exportação estava tomando terras que antes eram utilizadas para a produção de gêneros para o consumo interno, fazendo encarecer esses produtos no mercado interno.¹⁷

O fato era que as culturas tradicionais que antes alimentavam o mercado interno estavam nesse período sendo substituídas pelos cafezais¹⁸. Em muitas regiões, principalmente nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo¹⁹, a atração exercida pelo café estava fazendo aumentar a área de cultivo do café em detrimento das áreas de cultivo da cana-de-açúcar e dos gêneros alimentícios (Soares:1860,.133 e 280.).

Tal como a cana-de-açúcar, o café também vai se assentar sobre o latifúndio, a escravidão e a monocultura. Mas, confrontado com a economia dos engenhos, o negócio cafeeiro era bastante primitivo. No início do século XIX, em contraste com o engenho, os requisitos técnicos para a implantação de uma fazenda de café eram bem mais rudimentares e baratos²⁰. Por conseguinte, a expansão da produção cafeeira poderia ocorrer somente através da incorporação de novas terras e de um suprimento contínuo de mão-de-obra para as áreas novas. E como a economia cafeeira exportadora estava em expansão, isto significava uma maior demanda de mão-de-obra. Entre outras conseqüências, a concentração da mão-de-obra

fabricantes de açúcar de cana. Na década de 1840, Cuba já é o maior produtor mundial. Ao mesmo tempo, os progressos técnicos na fabricação do açúcar de beterraba vai fazer com que este tipo de açúcar se mostre um forte concorrente do açúcar da cana. A partir da década de 1840, a ciência vai interferir no setor açucareiro, desempenhando um papel decisivo no progresso das técnicas açucareiras. Com isso, os fabricantes internacionais de equipamentos passam a ser os principais responsáveis pelo processo de inovação. Por quase 30 anos, no período que vai de 1840 até os últimos anos da década de 1870, o Brasil não desenvolveu tecnicamente os seus engenhos, não absorvendo o novo tipo de engenho a vácuo, de múltiplo-efeito, e com filtros de carvão animal. O que se instala aqui é o engenho misto, um modelo intermediário entre o engenho a vácuo, e o tipo jamaicano que coze a fogo nu. O Brasil não conseguiu acompanhar esse processo de crescente inovação técnica. Em finais da década de 1870, começa a aparecer no Brasil o engenho central. Mas ele não traz nenhuma novidade importante do ponto de vista tecnológico. A alteração mais importante realizada pelo engenho central, vai ser a separação entre as atividades fabris e agrícolas. Sobre as demais produções agrícolas ou extrativistas de algodão, fumo, borracha, erva-mate e cacau, não ocorreram alterações técnicas que lhes permitissem aumentar a produtividade.

¹⁷-De acordo com FAORO (1988, 417.), o “*café se expande, mas à custa da dependência maior das importações ampliadas dos gêneros alimentícios (...). Em 1850-51, os gêneros alimentícios representam 12,88% da importação, atingindo, em 1859-60, 19,24%, percentagem tanto mais grave quanto maior será a importação no último período*”.

¹⁸-Para STEIN (1961, 56-57.) se “*antes da década de 1850, tanto a grande como a pequena lavoura plantavam gêneros alimentícios para o consumo particular, vendendo para fora os excedentes*”, na década de 1850 a situação se inverte, pois começa a ocorrer tanto o desaparecimento da auto-suficiência das fazendas como o desinteresse da pequena lavoura pela produção de víveres.

¹⁹-“*Não há no paiz quem ignore que parte dos cultivadores da canna de assucar, nas provincias do Rio de Janeiro e S. Paulo, abandonarão a sua lavoura pela plantação do cafezeiro, allegando ser esta cultura menos trabalhosa e mais lucrativa que aquella; contudo o assucar prospera em Pernambuco e outras provincia em que o café não supplantou a lavoura da canna. (...) Na comarca de Villa Bella e na de Guaratinguetá, bem como no municipio de Campinas, foi quase que completamente abandonada a cultura da canna de assucar, e os engenhos desta industria reduzidos a menos da metade, para serem exclusivamente applicados os braços que se occupavão na cultura da canna á dos cafezaes; mais ainda assim o assucar só diminuiu 3,3%, ao mesmo passo que a colheita do café decuplicou de então para cá.*” (Soares:1860, 131-2.)

²⁰-“*Não obstante seu primitivismo*” - insiste CASTRO (1976, 92) - “*a fazenda de café era altamente lucrativa. Senhores do açúcar seriam mesmo aconselhados por 'economistas' a mudar de ramo, voltando-se para a nova cultura.*”

na lavoura cafeeira fez diminuir o número de braços para a lavoura produtora de alimentos para o consumo interno.

Quanto à fonte inflacionária estrutural no setor financeiro do país, que também ajudava a criar a carestia dos víveres, Ferreira Soares afirmava que o fim do tráfico negreiro (que ocasionou o ocaso da expansão do sistema escravista) fez com que os capitais que até 1850 se dirigiam para a costa da África em busca de escravos refluissem para a praça do Rio de Janeiro. Tal montante de capitais causou a diminuição dos juros (que chegaram até a taxa mínima anual de 5% a 4,5%), e, pelo menos até 1860, ele foi utilizado na realização de transações a crédito, expandindo as operações bancárias.

Nessa conjuntura, parte do capital que antes fluía para o tráfico negreiro migrou para o jogo de agiotagem que começou a tomar conta da praça do Rio de Janeiro, passando então a ser investido em companhias que ganhavam seus lucros através de monopólios e na estocagem especulativa, inclusive para os alimentos importados, como denunciava Ferreira Soares:

Os lucros adquiridos sem grande trabalho naquela época despertão a cobiça dos homens ambiciosos que têm jogado nas acções dos bancos com grande proveito; e vendo essa mina exausta, cogitarão nos meios de formar um novo El Dorado, visto que a todo transe querião enriquecer em pouco tempo, pelo que julgárão licitos todos os meios dos quaes lhe pudesse resultar ganho immediatos. Eis a origem do monopolio, que ainda é mais immoral e reprovado que o jogo dos agiotas; porquanto este só prejudica a quem nelle voluntariamente se envolve, e aquelle vai ferir de morte a toda a sociedade, sacrificando o pobre trabalhador e sua miserrima familia. (Soares: 1860, 186-7.)

Constituído o cartel, era improfficuo reduzir as taxas aduaneiras sobre os gêneros alimentícios importados para assim também conseguir baixar os preços desses produtos no mercado interno consumidor. Extinto totalmente o direito sobre a carne seca importada de Montevideú, e também reduzido de 25% para 5% o imposto alfandegário sobre a carne seca proveniente de Buenos Aires, o efeito conseguido no mercado consumidor brasileiro não foi de ter abaixado o seu preço proporcionalmente à diminuição do imposto, mas, sim, a carne seca teve o seu preço aumentado (Soares:1860, 283-303).²¹

Outros produtos importados, como a farinha de trigo e o bacalhau, também tiveram redução dos impostos aduaneiros de 25% para 5%. No entanto, com referência à farinha de trigo, não foi observada nenhuma redução no preço do pão. Quanto ao bacalhau, o efeito foi

²¹-Visto que o charque de Buenos Aires estava sendo "nacionalizado" em Montevideú para driblar o fisco de importação dessa mercadoria em solo brasileiro, e diante do efeito nulo do fim da tarifa alafandegária para provocar a diminuição do preço do charque no mercado interno brasileiro, o governo Imperial brasileiro, pelo decreto nº 2.684, de 3 de novembro de 1860, mandou restabelecer a taxa aduaneira desse produto proveniente de Montevideú.

mais perverso: ao invés de ter o seu preço diminuído, o bacalhau foi aumentando de preço na mesma proporção em que sua importação ia aumentando (Soares: 1860, 300-3).²²

As empresas que cartelizaram a distribuição de mercadorias importadas e dos alimentos no mercado interno polarizaram a situação para conseguir ganhar duplamente: de um lado, como compradoras, que na situação de oligopsônio vão absorver os ganhos das casas importadoras e do produtor interno de alimentos; de outro, como vendedoras, obtêm altos lucros ao oligopolizar a distribuição de mercadorias importadas e nacionais e dos alimentos perecíveis para o comércio varejista interno. E como o campo econômico gerado pela população livre urbana ficava nos interstícios do capital mercantil-escravista, a carestia dos víveres só vai constituir um problema de Estado quando passa a atingir níveis insuportáveis.

3. O cartelizado comércio alimentício na Corte Imperial brasileira

Conforme pode ser observado na tabela abaixo, a partir dos anos de 1852 e 1853 em diante os preços médios oficiais dos gêneros alimentícios mais presentes na mesa do consumidor da Corte imperial começaram a apresentar uma constante tendência de alta:

Anos	Valor da @ Arroz	Valor da @ açúcar	Valor da @ carne seca	Farinha: Valor do Alqueire	Feijão: Valor do Alqueire	Milho: Valor do Alqueire	Valor da @ Toucinho
1850-51	1\$520	1\$770	2\$720	\$970	2\$300	1\$150	3\$540
1851-52	1\$000	1\$800	2\$840	\$900	2\$050	1\$320	3\$840
1852-53	1\$620	1\$700	3\$300	1\$150	4\$300	1\$500	4\$740
1853-54	1\$900	1\$980	2\$740	1\$680	4\$460	2\$480	8\$050
1854-55	1\$410	2\$050	2\$830	1\$650	3\$980	1\$530	7\$980
1855-56	2\$390	2\$690	4\$000	1\$450	4\$930	1\$480	8\$180
1856-57	3\$200	3\$650	5\$200	2\$380	5\$480	1\$790	7\$030
1857-58	2\$070	3\$380	5\$000	2\$500	5\$500	2\$000	8\$000
1858-59	3\$300	3\$750	5\$500	2\$800	4\$980	3\$750	8\$500

(Fonte: SOARES:1860, 288.)

Acompanhando essa tendência de alta nos preços dos gêneros alimentícios, que, conforme vimos na tabela acima, apresentou - no mínimo - uma duplicação no valor médio dos seus preços no espaço de oito anos, a carne fresca de boi e de porco, também tiveram os seus preços aumentados. A partir de dados coligidos no período por Sebastião Ferreira

²²-Para Hanner (1993, 106), ao explicar a carestia nos anos 1850 de outra perspectiva, “a guerra com o Paraguai e a invasão da Argentina (1851-1852) não apenas alteraram o fornecimento de carne-seca e de trigo destinados ao mercado do Rio de Janeiro, mas também levaram a déficits no orçamento nacional; a emissão de papel moeda aumentou em meados da década de 1850, estimulando a inflação. Os preços dos alimentos básicos, como feijão, farinha de mandioca, trigo, arroz, açúcar, charque e bacalhau seco atingiram níveis inéditos.”

Soares, foi possível organizar a seguinte tabela dos preços médios²³ da carne verde de vaca e porco no mercado do Rio de Janeiro, relativos aos anos de 1851 a 1860:

Ano	Valor da carne fresca De vaca por libra	Valor da carne fresca de porco por libra
1851	120 réis	160 réis
1852	120 réis	160 réis
1853	140 réis	200 réis
1854	180 réis	240 réis
1855	200 réis	260 réis
1856	220 réis	280 réis
1857	240 réis	320 réis
1858	250 réis	320 réis
1859	280 réis	360 réis
1860	280 réis	400 réis

(Fonte: Soares: 1860, 289.)

Como não houve crescimento da população da Corte imperial nesses 10 anos, e nem a produção diminuiu, mas, pelo contrário, foi aumentada, quais fatores teriam condicionado um aumento médio de 100% nos preços dos gêneros alimentícios nesse espaço de tempo?

Por ser considerada no período o principal artigo da alimentação do povo, essa indagação era freqüente sobre o preço da carne fresca de vaca. Entrementes, como os preços médios dos principais gêneros alimentícios haviam subido muito a partir de 1858 e o preço da carne fresca de boi no mercado era tido como o termômetro regulador dos preços dos demais alimentos, que subiam quando se aumentava o preço daquele produto, o marquês de Olinda, então presidente do Conselho de Ministros,²⁴ pediu que fossem examinados os motivos que estariam causando a elevação do preço da carne fresca a partir do fazendeiro que criava o gado e do negociante que o vendia.

Desde fins do século XVIII, o gado que fornecia carne verde ao consumo da Corte imperial era criado em Goiás, S. Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais. A primeira dessas províncias pouco exportava, assim como a de S. Paulo; a de Mato-Grosso contribuía com cerca de 17.000 reses anualmente para Minas, donde eram remetidas para a capital do Império, depois de engordadas. Mas, na década de 1850, este contingente diminuiu sensivelmente.²⁵

Até meados da década de 1840, os invernistas mineiros traziam gado do pantanal matogrossense ao baixíssimo custo de 5\$ a 6\$; depois, o valor de uma rês passou a custar no

²³-De acordo SOARES (1860, 289.), “as carnes verdes de vacca e de porco desde 1854 para cá [1860] têm tido uma constante variação nos seus preços; a de vacca tem-se vendido a libra por um minimo de 130 rs., e pelo maximo de 400 rs.; e a de porco entre o minimo de 240, e maximo de 640 rs. a libra”.

²⁴-O marquês de Olinda presidiu o 13º gabinete, que começou a 4 de maio de 1857 e terminou a 12 de dezembro de 1858.

²⁵-Pesquisa realizada por José Jorge da SILVA a pedido do Marquês de Olinda, e depois publicada no *Jornal do Commercio* com data de 26 de novembro de 1858 (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 09/01/1859, pp. 1-2.). As informações contidas nos parágrafos abaixo foram extraídas dessa pesquisa de José Jorge da Silva.

Mato Grosso de 13\$ a 15\$. Diante disso, raros eram os invernistas mineiros que arriscavam-se a uma longa, difícil e dispendiosa viagem para ir à cata de reses, que ficaram mais caras, pesavam pouco e eram extraordinariamente bravias.

Além disso, as longas, penosas e perigosas viagens ameaçavam o lucro e muitas vezes a vida dos boiadeiros. De uma boiada de mil reses perdia-se às vezes 300 a 400 bois nos vastos desertos que tinham de atravessar, pois, quase sempre nessas viagens, por um ruído mais acentuado ou pela catinga de um animal carnívoro, o gado abrindo em correria disparava: eram os estouros da boiada.

Mesmo assim, no século XIX a província de Minas era o grande viveiro de gado e que mais servia no consumo da Corte imperial. Em toda ela criava-se; mas nem de todos os pontos vendia-se para lá. As comarcas do Serro, Rio das Velhas, Ouro Preto, Mar de Espanha, Pomba, Piracicaba e Paraibuna mal produziam para o seu próprio consumo. Já as comarcas de S. Francisco e Jequitinhonha enviavam suas boiadas para a Bahia, que consumia também muito gado de Paracatu.

Quase todo o gado que descia de Minas para o abastecimento da capital Imperial era engordado no sul daquela província; algum, e não pouco, era criado nessas mesmas comarcas, mas a maior quantidade era trazido das comarcas de oeste, isto é, Paraná e Parnaíba, além do que vinha de Goiás, Mato Grosso, e dos termos da Franca, Cana Verde e Casa Branca, da província de S. Paulo.

Os criadores dessas duas províncias e daquelas comarcas mineiras, não podendo enviar seus gados diretamente para a cidade do Rio de Janeiro, pois não resistiriam a uma viagem demasiadamente longa sem se aniquilarem, eram obrigados a vendê-los a boiadeiros, ou invernistas do sul de Minas. Por isso, os municípios de Formiga, Oliveiras, Lavras, Três Pontas, Jacuí, Passos e Caldas e, especialmente, a importante freguesia de Santo Antonio do Machado formavam grande zona em que concentrava-se quase todo o gado de exportação para a Corte imperial. Nessa zona, os invernistas tinham pastos só para engordar as rezes destinadas ao corte.

Em eras passadas a força e o viço dos campos naturais dispensava de grandes incômodos e despesas tanto o criador como o invernista, funções que muitos fazendeiros das comarcas do sul acumulavam: bastava lançar fogo ora a um ora a outro rincão da fazenda para que nas pastagens novas, que então brotavam com luxo encantador, vivessem as reses nédias e sadias todo o ano, com pequena despesa de sal.

No entanto, passado um tempo, a situação modificara: quem não se dispunha ao pesadíssimo sacrifício de fazer pastos, derrubando matas e cultivando as diversas espécies de

capim que a experiência mandava preferir, nem criador nem invernista podia ser. Raro era o fazendeiro que nas suas matas tinha para a seca o abrigo natural, necessário à sua criação, e por isso, se lhe faltavam prados artificiais, teria de ver naquela estação crítica que começava em abril a sua criação quase toda ela morta, fazendo desaparecer do dia para a noite a sua fortuna.

O recurso de formar pastos foi utilizado em muitos lugares de Minas. Mesmo com as dificuldades, os altos custos e a lentidão maior do que era de desejar-se, paulatinamente os campos formados artificialmente coexistiam com a antiga vegetação, que cada vez mais vinha diminuindo pelo próprio cansaço da terra.

A formação de pastos fazia-se cada vez mais necessário porque o gado deveria ser engordado tanto no período das “águas” quanto no das “secas”. Num esquema de rodízio, no período das chuvas - que começava em setembro e acabava em fevereiro - o gado ficava nos pastos das matas e das capoeiras; e na seca - que ia de abril a junho - ele ficava nos pastos em que o capim fora plantado. Tais circunstâncias concorriam para que em certas épocas do ano houvesse ora excesso ora escassez de gado para ser abatido nos matadouros da Corte imperial.

Vencidas as fases de nascimento, crescimento e engorda do gado, o fazendeiro deveria vendê-lo imediatamente, pois, uma vez atingido um certo peso, a rês costumava trazer mais prejuízo do que lucro. Nesse momento, o invernista do sul de Minas precisava vender as suas boiadas gordas para o mercado consumidor.

Principalmente a partir de 1858, o invernista necessitava vender o boi gordo na praça do Rio a preços mais elevados, mais que o dobro do que na década anterior. Os motivos alegados por ele eram os seguintes: a) um novilho que em 1852 custava 20\$ para o invernista, seis anos depois o seu criador não o vendia por menos de 40 a 50\$, pois os fazendeiros tiveram aumentados os seus dispêndios na criação de gado²⁶; b) os víveres que os criadores gastavam atingiram nos seus preços uma alta exorbitante; c) o sal, alimento imprescindível para a criação e engorda do gado, começou o alqueire a custar de 10\$ a 14\$; d) as mercadorias importadas remetidas do litoral ficaram mais caras para o consumidor do interior do país, porque somado à alta de seus preços o valor do seu transporte também aumentou,

²⁶-“*Accresce*” – escrevia José Jorge da Silva (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 09/01/1859, p.1.) – “*que essas rezes verdadeiramente gordas que aparecem aqui [na capital do Império] e vêm de Passos, Machado, Caconde, etc, exigem despesas especiais: sabe-se que, ou são engordadas nas roças, ou tratadas a ração de milho, de que um alqueire custa 3\$ e 4\$.*” Devido aos crescentes aumentos nos gastos para a criação do gado, muitos fazendeiros mineiros, que em outro tempo foram grandes criadores, começaram a abandonar esta profissão pela de negociantes de gados, que compravam e reuniam nas suas fazendas para vendê-los direta ou indiretamente ao invernistas. Tal fato estava ocorrendo aos grandes fazendeiros nos municípios mineiros de Uberaba, Araxá e Patrocínio.

passando a custar o carreto de 4\$ a 6\$ por arroba transportada. Tendo em vista tais dados, um observador afirmava que era

[...] evidente que nem o criador nem o invernista podem vender barato o seu gado mesmo em Minas, e por isso algumas boiadas remetidas para o consumo desta capital têm sido compradas á razão de 100\$ cada rez. É muito natural que no accrescimo do preço de que vendem queirão os Mineiros, pelo menos, forrar os gastos de producção, e achar a compensação do elevado preço das cousas que comprão. Sem esta reciprocidade, a que todo o mundo tem direito, não ha industria possivel.”(*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 09/01/1859, p.1.)

Além disso, o gado que na província de Minas já era caro desde a fazenda do criador até às invernadas, tinha o seu valor acrescido ainda mais por causa das despesas do transporte. A remessa de uma boiada para a capital do Império exigia a realização de despesas de 5\$ a 6\$ de condução, segundo o ponto de onde saíam os bois, com salários a camaradas, alimentos, direitos de passagem, aluguel de pastos pelas estradas, pagamento de impostos ao tesouro de 2\$, e à câmara do município neutro de 1\$.

Não obstante, o couro do boi em Minas era vendido por 8\$ a 12\$, ao passo que no Rio ele não alcançava um preço além de 6\$. Somando-se estas diferenças com aquelas despesas, teremos uma soma que giraria em torno de 12\$ a 14\$ por cada rês transportada de Minas para a capital do Império. Nesse cômputo geral, havia ainda os prejuízos: o importe das reses rejeitadas no matadouro depois de mortas e das que morriam pelas estradas e principalmente nas várzeas do Engenho do Brejo²⁷, em número que às vezes era de 10 a 20 em uma boiada de 80 ou 100 cabeças.

De 1858 em diante, o invernista não tinha como vender o boi gordo no mercado consumidor do Rio de Janeiro ao mesmo preço que o vendia anos atrás. No entanto, desde 1853 os emissários do monopólio na corte Imperial impunham um determinado preço aos invernistas que precisavam remeter as suas boiadas para lá. E caso quisessem desafiar aqueles emissários e enviar as boiadas por sua conta e risco, no Rio de Janeiro uma verdadeira arapuca os esperava.

No século XIX, criadores e invernistas de gado tiveram nos centros consumidores *consignatários* ou *comissários*, que tratavam a venda do gado aos *marchantes*: homens que se incumbiam de negociar as reses para a matança e o seu retalho para os açougues. Essas duas profissões tornaram-se rendosas no Rio de Janeiro, com especialidade a dos marchantes, que, depois de 1848, anulando a dos comissários, ficou senhora do mercado bovino. De 1852 até

²⁷-As várzeas do Engenho do Brejo e vizinhas eram o local em que realizavam-se as grandes feiras das boiadas gordas para serem abatidas para o consumo na corte Imperial.

1855 tivemos como marchantes Francisco José de Melo e Sousa, José Machado Ferreira e o francês Rainaud, que conseguiram grandes fortunas. Para Melo e Sousa vinham consignadas, mensalmente, cerca de cinco mil cabeças de gado vacum (Gonçalves: 1952, 291.). Sob o comando dos marchantes Francisco José de Melo e Sousa, José Cliaux, Antonio Tomé e Francisco das Chagas Andrade foi formado *cartel* com o fim de provocarem a baixa do preço para as boiadas provenientes de Minas.

Com a chegada da boiada ao Rio, o boiadeiro tinha urgência de dispor imediata e infalivelmente de suas reses, porque nem podiam reconduzir os gados, que ali chegavam quase mortos, nem recolhê-los a pastos, que não existiam; e mesmo quando os conseguiam, ainda que de graça, de nada aproveitavam as reses cansadas, que por muito tempo continuariam a emagrecer, perdendo conseguintemente o seu peso. Por isso, havia pois o boiadeiro de vender o seu gado o mais depressa possível. Nesse momento, os marchantes entravam em cena. O seu campo de ação era localizado nas várzeas do Engenho do Brejo e vizinhanças, lugarejo nas proximidades da Pavuna, onde eram realizadas as grandes feiras de boiadas para a capital do Império. Aí, os marchantes, por seus secretos emissários, conseguiam, pelas ofertas depreciadas que faziam, afugentar os boiadeiros do trato direto com o consumo (*Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 16/05/1853, p. 2.).²⁸

Assim, ou o boiadeiro sujeitava-se ao preço imposto em Minas pelos emissários do monopólio na Corte imperial, o que lhe era um mau negócio; ou desafiava o conluio e enviava as boiadas por sua conta e risco. Agindo da última forma, ou havia pois o boiadeiro de vender o seu gado, e então o comprador era aquele mesmo marchante sem concorrentes, que já avisado pelos seus faiscadores impunha um preço mais baixo ainda do que havia ofertado pelos seus emissários enviados a Minas, tanto por seu interesse como pelo gosto de exercer a sua prepotência; ou esse boiadeiro levava o seu gado ao matadouro público para vendê-lo aos quartos. Neste caso, conforme denunciavam no *Correio Mercantil*, uma

²⁸-Ainda segundo escrevia-se no *Correio Mercantil*, de 16/05/1853, p. 2, em artigo com data de 14 de maio de 1853: “Muito breve teremos de pagar a carne por alto preço: há muito que o corte do gado é um monopólio, porém uma outra vez teem apparecido competidores, e por isso soffrido seus revezes; mas os monopolistas teem-se mantido, e poderão afinal conseguir derrocar algumas associações que se fizerão, e hoje achão-se senhores do monopólio; para chegarem a esse fim puxarão na sua rede todo o negocio de gados, com alguns marchantes fizerão contratos que os inhiu de negociar em gado, a outros comprãrão-lhes os interesses das consignações do gado e lhes proporcionãrão melhor lucro que o negocio do gado, a este outro uma quantia mensal para não matar gado nem intervir nesse negocio; ao que é mais cabeçudo, venha para o monopólio; e assim arranjada a sociedade, que dizem ser toda composta de estrangeiros, seguro do bom resultado, recommendão aos seus agentes o que devem fazer na compra: o primeiro offerece 24\$000 rs. por cabeça; mas outro que vai em seguida lhe offerece menos, e o boiadeiro, vendo o preço a menos, aceita a primeira offerta, porque todos os compradores são agentes da sociedade [monopolista]: o gado que vem a esta cidade é conduzido por seus donos, ou mandados á consignação; a sociedade tem na sua mão estes commissarios que não podem deixar de lhes vender o gado, e os que vem conduzidos por seus donos não achão tambem outros compradores, e o infeliz boiadeiro é victima da sociedade monopolista”.

escandalosa negociata já estava engatilhada pelos marchantes cartelizados (denominado, no período, de sociedade monopolista):

Se algum boiadeiro se atreve a ir matar o gado, porque não achou comprador, pois estes estão hoje a salario da sociedade [monopolista], elle sofre toda a sorte de vexame, porque não está iniciado nos mysterios do matadouro, e vai lutar com difficuldades que elle não sabe como vencê-las, porque tudo está subordinado á vontade da Sociedade Monopolista, e seus agentes sabem habilmente dirigir a operação, que o pobre boiadeiro se vê tão embaraçado, que desespera para mais não se metter a matar gado, embora o venda por baixo preço. (*Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 16/05/1853, p. 2.)

Caso ainda o teimoso boiadeiro tenha conseguido matar as suas reses, tirar-lhes o couro, limpá-las e depois cortá-las em retalhos para assim distribuí-los aos açougues, ele não mais encontraria açougueiros dispostos a comprar essa carne fresca a um preço que não lhe traria enormes prejuízos, pois nesse mesmo dia a sociedade cartelizada no atacado abaixou consideravelmente o preço da carne de boi

a 60 rs., preço que o boiadeiro não pôde vender: acresce mais que os açougueiros que vendem a retalho teem todo o interesse em, de preferencia, comprar á sociedade [monopolista], porque esta espera-lhe pelo pagamento, e tem sempre o seu credor a seu favor, e por isso o boiadeiro está de peor condição: demais, o gado regula, termo medio, 12 arrobas; é pela sociedade [monopolista] vendida a carne a 80 rs., a libra; rende o boi 30\$720, o couro 3\$000, e os miudos 2\$000, ao todo 35\$720, que, deduzidos 2\$000 de direitos na agencia e 320 rs. da camara²⁹, ficão 33\$400, preço liquido do boi: o boiadeiro vai matar, elles baixão a 60 rs. a libra da carne, preço a que o boiadeiro deve também vender; então está o boi vendido, preço liquido, por 25\$720; por tanto o boiadeiro lucra em vender o boi por 28\$00 até 26\$000, quando alcança: dado o preço de 28\$000 ou mesmo 30\$000, teem os monopolistas no primeiro caso um lucro de 5\$400, e no segundo de 3\$400 em boi, isto é, vendendo no matadouro a 80 rs., mas como nesse dia não teve concorrente, e a carne elevada a 100 rs. e 110 rs. a libra, em retalho, vai a 140 e 160 rs., e quem soffre é o povo; e aqui tem a sociedade um lucro de 15\$640 em boi; e calculando o termo medio, temos 8\$146,5, que, sendo regularmente a matança de 150 reses, deixa 1:221\$975 por dia; isto é, vendendo a 80, 100 e 110 rs., comprando o gado a 28 e a 30\$00, muito maior é o lucro quanto o pagão por menos: e é para terem este excessivo lucro, que o povo paga, que se formou a sociedade monopolista. (*Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 23/05/1853, p.2.)

Apesar de considerarem que à Câmara Municipal não era dada autoridade para proibir que certos indivíduos se associassem para negociarem em gado, ela também – reclamavam – não poderia consentir que a existência desse monopólio continuasse, sem que desse alguma providência que livrasse o povo da carestia e do alto preço de um gênero de primeira necessidade, tendo aquela sociedade monopolista o arbítrio de impor o preço que chegava à Corte imperial, taxando a carne no matadouro, que, por conseguinte, forçava os açougueiros a venderem a carne por alto preço. Não obstante, o cartel ganhou ainda mais força a partir do

²⁹-A taxa de 320 réis, por cabeça de gado abatido, era cobrada pela Câmara desde 17/09/1851, fazendo ela parte da renda em prol da boa higiene dos matadouros. Tempos depois, essa taxa foi elevada para mil réis.

decreto de 9 de dezembro de 1857, de nº 2.046, que efetuou a criação de um preposto chefe de polícia da Corte imperial para fiscalizar a condução, venda e corte do gado, tirando, desta forma, a autonomia do Município.³⁰ Apesar das medidas tomadas pelos poderes públicos, o cartel das carnes verdes de boi tornou-se instituição fortemente organizada a zombar sempre das autoridades.

4. Considerações Finais

Conforme vimos, o monopólio dos especuladores também era uma das causas da carestia. Nesse sentido, não adiantava nada reduzir as taxas aduaneiras sobre os gêneros alimentícios importados para assim também conseguir baixar os preços desses produtos no mercado interno consumidor, pois a proibição do tráfico negreiro fez com que o capital antes empregado neste negócio ficasse por uns tempos na praça do Rio de Janeiro gerando a agiotagem e depois empresas monopolistas.

Compreende-se, deste modo, que o capital negreiro que migrou para a economia urbana não mudou as suas características intrínsecas de capital mercantil. A partir de 1850, o capital ocioso do tráfico tomou dois rumos: grande parte dele, foi drenado para a circulação nos bancos de crédito instalados no Rio de Janeiro, empenhados que estavam em manter o predomínio do capital mercantil sobre a produção, deixando cada vez mais os cafeicultores do Vale do Paraíba à mercê dos intermediários (comissários e comerciantes importadores e exportadores). Por sua vez, a outra parte desse mesmo capital negreiro, ao ser empregado na constituição de empresas que vão intermediar a distribuição dos produtos alimentícios no mercado interno, polariza a situação para conseguir ganhar duplamente: de um lado, como comprador, que na situação de monopólio vai absorver os ganhos do produtor interno de alimentos; de outro, como vendedor, que monopolizando a venda dos alimentos no mercado interno (sejam eles comprados no mercado interno ou externo) obtém altos lucros às custas dos trabalhadores assalariados urbanos. E como a população livre urbana ficava nos interstícios dessa sociedade escravista e mercantil, a carestia dos produtos alimentícios só vai constituir-se um problema de Estado quando ela passa a atingir níveis insuportáveis.

Não obstante, somente uma pequena parcela da população era consumidora das melhores mercadorias produzidas interna e externamente. E nos momentos de carestia, então, a situação piorava, restando à classe pobre consumir mercadorias de quinta categoria, como

³⁰-A Câmara Municipal levantou enérgico protesto contra o decreto nº 2.046, de 9 de dezembro de 1857, a respeito do qual foi ouvido o Conselho de Estado que, em sessão de 2 de junho de 1859, considerou o citado decreto inofensivo aos direitos e prerrogativas da Assembléia Municipal. O cargo de chefe de polícia era uma indicação do presidente do Conselho de Ministros e foi extinto décadas depois, pelo decreto de 20 de julho de 1886.

farinhas avariadas e carnes de segunda e terceira qualidade, porque somente essas mercadorias lhe eram acessíveis à população de baixa renda. E como nessa época o preço das carnes verdes era considerado o termômetro que regulava o preço dos demais produtos alimentícios, o monopólio desse artigo de consumo geral era uma barreira que precisava ser inapelavelmente destruída por quem decidisse acabar com a carestia dos gêneros de primeira necessidade.

Em suma, a carestia dos gêneros de primeira necessidade, ocorrida com maior intensidade no segundo lustro da década de 1850 nas províncias do Império, deve ser vista no âmbito mais geral das mudanças sucedidas no mercado interno brasileiro após o fim do tráfico negreiro. E dessa perspectiva interna, o fim do tráfico não significou o fim do negócio de escravos, e também não significou a emancipação do fazendeiro para com a escravidão e todo ônus criado em torno dela; o que se viu foi o divórcio definitivo entre o comissário e o exportador atizado pelo capital negreiro que ocioso, mas ainda ávido, ágil e plástico pelos altos rendimentos, vai amalgamar-se a todas as possibilidades de lucro geradas em um país que *produzia para exportar*. Nesse sentido, a carestia sentida no meio urbano, determinada especialmente pelo monopólio (os “convênios”, como eram denominados na época), era uma dentre tantas outras excrescências criadas pelo negócio de escravos. Pró ou contra, a injusta necessidade do negócio de escravos era o preço da acumulação primitiva de capital em nossas plagas.

Bibliografia

Fontes Manuscritas:

Minutas de 22 de novembro de 1855, sessão do Conselho de Estado, Arquivo Nacional, Códice 277.

Fontes Impressas: Livros

LEAL, Antonio Henriques. *Locubrações*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1874.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. 1860.

_____. *Esboço, ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1865.

_____. *Historico da companhia industrial da estrada de Mangaratiba e analyse critica e economica dos negocios desta companhia*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1864.

Fontes Impressas: Jornais

A Abelha, Rio de Janeiro.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro.

O Cidadão, Rio de Janeiro.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro.

O Moderador, Rio de Janeiro.

Bibliografia: Livros e artigos

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Le Commerce des vivants: Traite d'Esclaves et "Pax Lusitana" dans L'Atlantique Sud*, thèse de Doctorat de l'Université de Paris X, 1985-1986, mimeo.
- _____. "Bahia, Rio de Janeiro et le nouvel ordre colonial 1808-1860". In CHASE, Jeanne (org.). *Géographie du capital marchand aux Amériques 1760-1860*. Paris, École des Hautes Etudes, 1987, pp. 131-147.
- _____. "Proletários e Escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872", *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 21, julho de 1988, pp. 30-56.
- _____. *Os Lusobrasileiros em Angola - Constituição do Espaço Econômico Brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700*. Tese de livre-docência, IE-Unicamp, 1994, mimeo.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o homem no Nordeste*. 3ª ed. S. Paulo, Brasiliense, 1973.
- BUESCU, Mircea. "A inflação brasileira de 1850 a 1870: monetarismo e estruturalismo", *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 26(4):125-147, out./dez. 1972.
- CASTRO, Antonio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil. Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores*. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 1976, mimeo.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à colônia*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro, Globo, 8ª ed., 1988.
- GONÇALVES, Aureliano Restier. "Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro, 1500-1900", *Revista de documentos para a história da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Geral da Educação e Cultura, 1952.
- HANNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1993.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.
- LÔBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. 2 vol. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- _____, CANAVARROS, Octavio et alii. "Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares", *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 25(4): 235-265, out./dez. 1971.
- _____, CANAVARROS, Octavio et alii. "Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo de alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930", *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 27(4):129-176, out./dez., 1973.
- MARTINS, Roberto Borges. "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora", *Estudos Econômicos*, 13(1):181-209, jan./abr. 1983.
- _____, e MARTINS Filho, Amilcar. "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth Century Minas Gerais revisited", *Hispanic American Historical Review*, 63:3 (Aug. 1983).
- _____, e MARTINS Filho, Amilcar. "Slavery in a Nonexport Economy: A Reply", *Hispanic American Historical Review*, 63 (Feb. 1984), 135-146.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império, 1871-1889*. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.
- SLENES, Robert W., DEAN, Warren, ENGERMAN, Stanley e GENOVESE, Eugene D. "Comments on Slavery in a Nonexport Economy", *Hispanic American Historical Review*, 63 (Aug. 1983), 569-59.
- SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Evolução das técnicas produtivas no século XIX: o engenho de açúcar e a fazenda de café no Brasil*. Campinas. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1978.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo, Brasiliense, 1961.